

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 537.886 - SP (2019/0300276-8)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
IMPETRANTE : LUCIANA MARTINS
ADVOGADO : LUCIANA MARTINS - SP225769
IMPETRADO : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO
PACIENTE : VALDEVINO DE QUEIROZ (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de VALDEVINO DE QUEIROZ apontando como autoridade coatora o Tribunal Regional Federal da 3ª Região (HC n. 5005683-44.2019.4.03.0000).

Consta nos autos que o paciente teve sua prisão preventiva decretada em razão da suposta prática dos crimes previstos nos arts. 334-A, § 1º, IV, e 273, § 1º-B, I, ambos do Código Penal e do delito do art. 12 da Lei n. 10.826/2003. Após, foi condenado, e a sentença manteve a segregação preventiva.

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, que denegou a ordem nos termos do acórdão assim ementado (e-STJ fl. 27):

PENAL. PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. PRISÃO PREVENTIVA. REQUISITOS DO ART. 312 DO CPP. ORDEM DENEGADA.

1. A prisão preventiva é necessária para garantir a ordem pública, por conveniência da instrução criminal e para assegurar a aplicação da lei penal, quando houver prova da existência do crime e indícios suficientes de autoria.
2. O preenchimento dos requisitos subjetivos não implica, necessariamente, a revogação da prisão preventiva, se presentes os requisitos do artigo 312 do Código de Processo Penal.
3. As circunstâncias do fato e as condições pessoais do agente não recomendam a aplicação de medidas cautelares alternativas à prisão.
4. Ordem denegada.

No presente *writ*, a impetrante alega ausência de fundamentação idônea para manter o aprisionamento provisório do paciente.

Aduz que, "*reconhecida a primariedade técnica, ficou comprovado nos autos de maneira incontroversa que o paciente é comerciante na cidade de Assis há 40 anos fixados no mesmo local. Comprovou, também, através de documentos idôneos que seu rendimento é proveniente de atividade lícita, proprietário do 'Bar do Tutu'*"

Superior Tribunal de Justiça

regularmente inscrito nos órgãos fazendários" (e-STJ fl. 7).

Por isso, requer o "*deferimento da medida liminar, concedendo a liberdade provisória ao paciente VALDEVINO DE QUEIROZ, e após seja confirmada a liminar concedendo a ordem em definitivo, para que responda aos processos penais em liberdade até o trânsito em julgado, pois o paciente preenche os requisitos legais, determinando a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão*" (e-STJ fl. 20).

É, em síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Assim, não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos, sem o que não há como verificar o alegado constrangimento ilegal.

Ante o exposto, **indefiro a liminar.**

Solicitem-se informações ao Juízo de primeiro grau e ao Tribunal de origem, ressaltando-se que esta Corte Superior deverá ser informada de qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto deste expediente.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do CNJ.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 08 de outubro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator